

Aproximações entre participação e empoderamento em uma perspectiva emancipatória¹

Cristiane G. Souza²

Dirceia Moreira³

Participação é um dos cinco princípios da democracia. Sem ela, não é possível transformar em realidade, em parte da história humana, nenhum dos outros princípios: igualdade, liberdade, diversidade e solidariedade. Falamos aqui de participação em todos os níveis, sem exclusão prévia de nenhum grupo social, sem limitações que restrinjam o direito e o dever de cada pessoa tomar parte e se responsabilizar pelo que acontece no planeta. Em resumo, cada um de nós é responsável pelo que acontece nas questões locais, nacionais e internacionais. Somos cidadãos do mundo e, portanto, corresponsáveis por tudo o que ocorre. A única forma de transformar este direito em realidade é através da participação. (Hebert de Souza – Betinho).

RESUMO: Este artigo analisa a importância da participação no processo de empoderamento. Para tanto, o procedimento metodológico empregado foi a pesquisa bibliográfica; sendo o método dialético aquele que sustenta este artigo, tal método caracteriza-se como norteador de todo o processo de investigação e de análise realizado. O processo de empoderamento é uma categoria de análise de ações que tenham como finalidade favorecer que indivíduos, grupos ou instituições passem de uma situação de opressão e resignação a uma situação de conquista de vez e voz. No entanto, para a ocorrência de tal processo se faz necessário ter um conhecimento a respeito das características atribuídas ao empoderamento, bem como de suas possibilidades e limites por meio da participação dos sujeitos envolvidos.

Palavras-chave: Empoderamento dialógico. Participação. Educação.

Área: Ciências Sociais

¹ Este trabalho é parte da pesquisa realizada para dissertação de Mestrado do Programa de Ciências Sociais Aplicadas/UEPG e financiada pela CAPES.

² Assistente Social, Mestre em Ciências Sociais Aplicadas e Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

³ Professora Orientadora da Dissertação de Mestrado. Doutora em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Atualmente é professora da Universidade Estadual de Ponta Grossa nos cursos de Direito e Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas.

INTRODUÇÃO

Este artigo objetiva refletir a respeito da importância da participação no processo de empoderamento, para tanto empregamos a pesquisa bibliográfica como procedimento metodológico, pois a mesma permite um amplo alcance de informações e admite o emprego de dados dispersos em inúmeras publicações, desta forma, contribui para a melhor definição dos conceitos que envolvem o objeto de estudo proposto. (GIL, 1994)

O método dialético é o método que sustenta este artigo, pois o mesmo caracteriza-se como norteador de todo o processo de investigação e de análise realizado.

O método dialético implica sempre uma revisão e uma reflexão crítica e totalizante porque submete à análise toda interpretação preexistente sobre o objeto de estudo. Traz como necessidade a revisão crítica dos conceitos já existentes a fim de que sejam incorporados ou superados criticamente pelo pesquisador. Trata-se de chegar à essência das relações, dos processos e das estruturas, envolvendo na análise também as representações ideológicas, ou teóricas construídas sobre o objeto em questão. (LIMA E MIOTO, 2010, p.40)

Assim sendo, através da pesquisa bibliográfica nos foi possível consultar alguns autores, os quais colocam em questão a discussão referente ao termo empoderamento, bem como a relevância da discussão em torno do mesmo, visto que na atualidade tal termo por muitas vezes tem sido usado indiscriminadamente sem que se levem em conta alguns pressupostos básicos, como por exemplo, a alteração nas relações de poder e a participação com uma conotação de emancipação de sujeito e não apenas de integração.

Nesse sentido, delineamos algumas características mais relevantes da categoria participação, visto que não há um consenso a respeito da mesma, ocorrendo várias interpretações desta. "A conotação ideológica que perpassa este conceito faz com que haja diversas e mesmo contraditórias interpretações sobre seus possíveis significados" (PAULILO, 2010, p. 1). Neste sentido, indagamos: que tipo de participação esperamos quando nos referirmos ao processo de empoderamento?

Na perspectiva desse artigo, pretende-se contribuir para suscitar reflexões acerca da participação no contexto do processo de empoderamento, pois há programas, projetos e ações não só governamentais, mas também de instituições como ONGs que almejam favorecer o desenvolvimento do processo de empoderamento, no entanto, a perspectiva de participação que se adota nessas instituições, por vezes, é uma perspectiva de mera

integração. Nesse sentido, consideramos relevante a presente discussão a fim de possibilitar uma reflexão que pretende ser não uma resposta, mas ponto de partida referente à temática em tela. A discussão aqui abordada é uma possibilidade de ocorrência de empoderamento de sujeitos, importante ser considerada na implementação de ações e de políticas públicas, visto que, em nosso entendimento, tal processo dá a possibilidade de alcance de resultados positivos.

1.EMPODERAMENTO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

O termo empowerment ou empoderamento (traduzido para o português) é considerado polissêmico (HOROCHOVSKI, 2009): visto não ter um caráter universal, pode ser utilizado para designar diversas situações:

Tanto poderá estar referindo-se ao processo de mobilizações e práticas destinadas a promover e impulsionar grupos e comunidades - no sentido de seu crescimento, autonomia, melhora gradual e progressiva de suas vidas (material e como seres humanos dotados de uma visão crítica da realidade social); como poderá referir-se a ações destinadas a promover simplesmente a pura integração dos excluídos, carentes e demandatários de bens elementares à sobrevivência, serviços públicos, atenção pessoal etc., em sistemas precários, que não contribuem para organizá-los – porque os atendem individualmente, numa ciranda interminável de projetos de ações sociais assistenciais (GOHN, 2009, p. 5).

O empoderamento pode ser abordado a partir de perspectivas diferenciadas, que vão desde uma simples ação de integração, assim como pode vincular-se a ações que privilegiem o desenvolvimento do protagonismo dos sujeitos. Romano e Antunes (2010) explicam que o empoderamento não apenas “virou moda” no final dos anos 1990 no Brasil, mas também, infelizmente, muitos fizeram uso desse termo para efetivar ações que na verdade eram ações desempoderadoras.

O empoderamento invocado pelos bancos e agências de desenvolvimento multilaterais e bilaterais, por diversos governos e também por ONGs, com muita frequência vem sendo usado principalmente como um instrumento de legitimação para eles continuarem fazendo, em essência, o que antes faziam. Agora com um novo nome: empoderamento. Ou para controlar, dentro dos marcos por eles estabelecidos, o potencial de mudanças impresso originariamente nessas

categorias e propostas inovadoras. Situação típica de transformismo (gattopardismo): apropriar-se e desvirtuar o novo, para garantir a continuidade das práticas dominantes. Adaptando-se aos novos tempos, mudar tudo, para não mudar nada (ROMANO; ANTUNES, 2010, p.10).

Quando o termo foi utilizado pela primeira vez nos anos 1960, ele foi adotado para designar uma situação onde sujeitos tivessem a oportunidade de ter a garantia de que seu direito à voz seria efetivado, onde esses sujeitos passariam de uma posição passiva para um posicionamento ativo frente às suas problemáticas cotidianas, sendo protagonistas de sua história de vida. (HOROCHOVSKI, 2009)

Para Romano e Antunes (2010, p. 11), nas mais variadas abordagens referentes ao processo de empoderamento ocorrem um problema grave onde:

Tem sido colocada em segundo plano a questão essencial da noção e da abordagem de empoderamento, isto é, a questão do poder. Mais precisamente, a mudança nas relações de poder existentes tem sido deslocada de seu papel central, virando uma questão implícita ou diluída entre os elementos que comporiam o empoderamento.

Adota-se o termo empoderamento para pautar a realização de ações, de projetos, de programas, mas as mesmas não partem do pressuposto da necessidade de uma mudança nas relações de poder, desta forma tais ações dificilmente provocarão resultados mais satisfatórios na vida da população atendida, pois ao invés de promoverem mudanças, as ações oferecem apenas uma integração cuja consequência acaba sendo uma manutenção nas relações.

O reconhecimento da necessidade de se “empoderar” as pessoas e grupos que vivem na pobreza passa a ser percebido, com maior ou menor ênfase, como uma condição para o sucesso de políticas, programas, ou mesmo projetos, por um amplo leque de organizações, representantes de diferentes perspectivas políticas, de diferentes tamanhos, capacidade de influência e natureza. A ampliação do uso do conceito e de estratégias de empoderamento coloca o desafio de embasar este conceito de forma que o seu uso não seja apenas uma moda no campo do desenvolvimento, mas sim produza mudanças nas práticas e políticas destes atores (IORIO, 2010, p. 22).

Para se combater a pobreza, a vulnerabilidade social que muitos enfrentam em nossa sociedade através da abordagem do processo de empoderamento, se faz necessário o desenvolvimento

de ações cujo foco seja potencializar as capacidades dos sujeitos, e isto pressupõe uma alteração nas relações de poder, pois à medida que esses sujeitos se sentem capazes, sujeitos com autonomia, eles deixarão de ser passivos e reivindicarão seus direitos, nesse caso, altera-se a relação de poder. O sujeito sabe que ele sabe. (FREIRE E SHOR, 1986)

O processo de empoderamento tem como finalidade que “pessoas pobres e excluídas tenham possibilidades de superar as principais fontes de privação das liberdades, possam construir e escolher novas opções, possam implementar suas escolhas e se beneficiar delas”.(ROMANO E ANTUNES, 2010).

A concepção de empoderamento e transformação traz uma nova perspectiva para os sujeitos, porque faz com que os mesmos se percebam enquanto sujeitos que apresentam não apenas fragilidades e necessidades, mas, sobretudo, que têm condições de perceber que também possuem possibilidades e capacidades que podem e devem ser desenvolvidas.

Para Freire (2005), em processos onde não há alterações das estruturas de poder não há a superação da relação dialética entre opressores e oprimidos⁴, pois para este autor a pobreza, as situações de vulnerabilidade que vivenciam as famílias brasileiras são condições que desempoderam as mesmas, que as oprimem e lhes tiram a liberdade, visto que além de ser um atributo, o empoderamento pressupõe a liberdade. O autor supracitado entende a liberdade como sendo característica inerente de um processo no qual o oprimido tenha condições de, reflexivamente, descobrir-se e conquistar-se como sujeito de sua própria destinação histórica. (FREIRE, 2005)

Por sua vez, Horochovski (2009) vincula o empoderamento ao processo em que sujeitos passam a ter autonomia para tomar decisões importantes para a própria vida, adquirem poder de escolher entre diferentes oportunidades.

Referente ao conceito de empoderamento, Horochovski (2009, p.112) o define como um processo no qual os sujeitos adquirem “controle sobre suas vidas, participam democraticamente no cotidiano de diferentes arranjos coletivos e compreendem criticamente seu ambiente”.

Empoderamento diz respeito à ação de capacitar os sujeitos individuais ou coletivos para que eles possam transformar situações desfavoráveis a eles e às pessoas de seu entorno em situações que possibilitem que os mesmos tenham seu direito à voz garantido. Empoderamento implica que tais sujeitos tenham condições de manifestar suas opiniões, suas vontades e reivindicar seus direitos enquanto cidadãos num processo que envolve uma participação ativa.

⁴ Sobre a contradição opressor-oprimidos ver “Pedagogia do Oprimido” de Paulo Freire. Ed. Paz e Terra. Rio de Janeiro. 2005.

No entanto, nesse processo se faz necessário compreender que:

Como os sujeitos que se quer ver empoderados muitas vezes estão em desvantagem e dificilmente obtêm os prefalados recursos espontaneamente, intervenções externas de indivíduos e organizações são necessárias, consubstanciadas em projetos de combate à exclusão, promoção de direitos e desenvolvimento, sobretudo em âmbito local e regional, mas com vistas à transformação das relações de poder de alcance nacional e global. Trata-se, portanto, da promoção de direitos de cidadania que propiciem, principalmente aos estratos de menor status socioeconômico, a ampliação do que Sen (2000) denomina liberdades substantivas (HOROCHOVSKI, 2009, p. 113)

É importante que nessa ação estejam envolvidas pessoas que serão facilitadoras do processo de empoderamento.

Os agentes de mudança externos podem ser necessários como catalisadores iniciais, mas o impulso do processo se explica pela extensão e a rapidez com que as pessoas e suas organizações se mudam a si mesmas. Nem o governo, nem as agências (e nem as ONGs) empoderam as pessoas e as organizações; as pessoas e as organizações se empoderam a si mesmas. O que as políticas e as ações governamentais podem fazer é criar um ambiente favorável ou, opostamente, colocar barreiras ao processo de empoderamento (ROMANO; ANTUNES, 2010, p. 12).

O empoderamento refere-se a um processo, onde o resultado não depende apenas dos agentes externos, não é uma dádiva, ninguém empodera ninguém, o que pode ocorrer é a abertura de espaços que propiciem momentos de discussão e reflexão.

Por mais que não se possa medir o empoderamento, há de se destacar que mais importante do que o resultado deste processo depender não apenas dos agentes externos é a apreensão do mesmo por parte dos sujeitos nele envolvidos; a abertura de espaços que tenham como alvo a sua ocorrência deve partir da premissa da mudança nas relações de poder e não criar barreiras para sua efetivação, impedindo assim que o ambiente seja mais para domesticação do ser humano do que para sua liberdade. (FREIRE, 1980)

1.1 NÍVEIS DE EMPODERAMENTO

Horochovski (2009) aponta que existem alguns níveis de

empoderamento, os quais precisam ser explicitados a fim de que haja um melhor entendimento a respeito desta categoria.

Quando se adota o **empoderamento** como categoria de análise de processos que trazem consigo, na sua essência, o despertar da autonomia de sujeitos, se fazem necessários alguns esclarecimentos a respeito das possibilidades de favorecimento do **mesmo**, quer seja individualmente ou coletivamente.

Empoderamento individual ou intrapessoal: ocorre quando sujeitos se percebem como detentores de capacidades e recursos que lhes dão possibilidade de influenciar em suas trajetórias de vida.

Ocorrerá empoderamento intrapessoal se as pessoas sentirem que são competentes em uma determinada situação, que sua presença é relevante, têm mais oportunidades e recursos para agir que constrangimentos e limitações. A própria participação e o exemplo de lideranças locais que se saem bem em fóruns participativos podem constituir fontes importantes de empoderamento intrapessoal (HOROCHOVSKI, 2009, p. 122).

Ocorre quando há a percepção de que, por mais necessidades que alguém possa ter, esse alguém possui habilidades e capacidades e tem condições de ser protagonista, quer seja para mudar a sua própria vida ou seu entorno. O empoderamento individual tem relação com o processo em que um sujeito percebe sua importância, percebe que sua participação nos processos decisórios pode influenciar a agenda do seu bairro, do conselho municipal, da cidade, etc.

Empoderamento organizacional: ocorre na e pela organização privada ou pública quando há um compartilhamento das decisões e do poder. As questões que são importantes à organização são tomadas coletivamente, envolvendo a participação de todos aqueles que compõem a organização (HOROCHOVSKI, 2009).

Nesse nível de empoderamento é importante ressaltarmos que, por mais que o poder e as decisões sejam compartilhados, isso não significa que não haja divergências na organização, todavia o que se pretende é ouvir a todos e buscar chegar a um consenso.

Empoderamento comunitário: ocorre quando sujeitos individuais ou coletivos de uma determinada comunidade participam ativamente construindo estratégias de ação a fim de atingir um objetivo para aquela comunidade. (HOROCHOVSKI, 2009). Esta participação requer que essa comunidade chegue a um consenso na tomada das decisões; vale lembrar que tal consenso não significa que haja uma uniformidade dentro da comunidade, ao contrário, pode haver muitas opiniões que irão divergir entre si, mas através

da participação, da reflexão, do diálogo chega-se a um consenso a respeito daquilo que é melhor para aquela comunidade.

Através da descrição acima percebemos que no desenvolvimento do processo de empoderamento a participação é fundamental para que o mesmo ocorra, nesse sentido há a necessidade de refletir a respeito do que vem a ser a participação.

Será que participação é apenas frequentar uma reunião, receber passivamente uma informação aceitando acriticamente determinado conhecimento?

De que participação estamos falando quando nos referimos ao processo de empoderamento?

Para Freire e Shor (1986), o empoderamento é dialógico, ou seja, ocorre à medida que se estabelece um diálogo entre os sujeitos e os agentes externos que podem favorecer a ocorrência do empoderamento. É através desse diálogo, partindo de uma reflexão coletiva, que o sujeito apreende, que sabe, que ele descobre que possui capacidade de superação de suas necessidades e passa a agir de forma crítica na transformação da realidade que o cerca. (FREIRE & SHOR, 1986).

2. REFLEXÕES SOBRE PARTICIPAÇÃO

A participação, assim como empoderamento, é uma expressão polissêmica, visto que não existe um consenso claro sobre o significado da mesma. Referente às várias interpretações desta categoria tem-se que "a conotação ideológica que perpassa este conceito faz com que haja diversas e mesmo contraditórias interpretações sobre seus possíveis significados" (PAULILO, 2010, p.1).

Nesse sentido, quando mencionamos a respeito da participação é importante situarmos sobre que tipo de participação estamos nos referindo.

Há aquela "participação em que o cidadão não passa de simples espectador até uma situação de protagonismo de destaque nas decisões políticas". (GOULART, 2010, p.03).

A participação que defendemos aqui é aquela participação onde:

Podemos lutar pelos princípios da democracia, neutralizando as formas de autoritarismo frequentes em nossa sociedade. É através dela que se acaba com a desordem de um status quo injusto, que produz a marginalização. E é também através dela que superamos a resignação e o medo. Só assim são geradas as condições para o exercício pleno da liberdade e da cidadania, só possíveis em uma sociedade democrática (SOUZA, 2010, p.01).

Durante muito tempo a participação que o Estado propiciou à população brasileira foi uma participação mais restrita, ou seja, era uma participação que tinha como objetivo precípua a manutenção da ordem societária, não era uma participação que trazia em sua essência a questão da transformação social, pois partia da ideia de integração da população, dos excluídos, carentes e demandatários de bens elementares à sobrevivência, serviços públicos e atenção pessoal (GOHN, 2009). Esse estilo de participação produziu uma sociedade civil⁵ frágil, com pouca capacitação técnica e política para a proposição e a negociação de políticas públicas. (CARVALHO, 2010)

Sociedade civil frágil no sentido de que as decisões eram tomadas pelos detentores do poder e a mesma não era convidada a participar, mas apenas assistia a esses eventos de tomada de decisão. Ou seja, tal postura gerou cidadãos que sequer se reconheciam como sendo capazes de influenciar na agenda pública, cidadãos que tinham medo de se posicionar criticamente e discutir a respeito de questões que são fundamentais para sua vida.

A resignação e o medo da participação são resultados da cultura autoritária, que perpassa nossa história e instalou-se na nossa cultura e, portanto, nos nossos próprios hábitos. Participar, em vez de ser regra geral, tornou-se uma exceção. Temos, então, o cidadão limitado, fechado, sem iniciativa, dependente. (SOUZA, 2010, p.01)

Para uma melhor compreensão sobre a categoria em tela, optamos por delinear algumas características da mesma a partir da classificação de Ammann (1981).

Ammann (1981) explicita que podemos relacionar a participação com: associativismo, mudança cultural, integração de grupos marginais, trabalho gratuito, adesão a planos de desenvolvimento, participação política versus participação social e participação como prática transformadora.

Participação e associativismo: é uma forma de participar onde vários indivíduos se reúnem para tomar decisões que são locais e emergenciais, como por exemplo, quando uma associação de moradores se reúne para decidir sobre saneamento básico.

Ammann (1981) aponta que embora essa forma de participação seja importante, diz respeito a uma participação atomizada, onde o grupo se preocupa apenas com problemas que são pontuais e não se pensa numa esfera mais global no sentido de que essa associação tenha a capacidade de influenciar na agenda das políticas públicas.

⁵ Sobre Sociedade civil ver Duriguetto, Maria Lúcia. Sociedade Civil e Democracia: um debate necessário. São Paulo. Ed, Cortez. 2007.

Mudança cultural e participação: Ammann (1981) aponta que a Teoria de Modernização⁶ afirma que o atraso da população em participar decorre de um padrão cultural. Nesse caso, a “solução” seria promover uma transição de um nível limitado de participar para outro nível através da socialização. No entanto, há um limite nesse tipo de transição, visto que se adota um método onde o objetivo é “alterar a vida da comunidade sem que ela perceba que as alterações vão ocorrendo”. (AMMANN, 1981, p. 149).

O limite dessa participação está em que a população é conduzida a participar acreditando que a direção está sendo dada pela comunidade, quando na verdade a direção já estava pré-estabelecida.

Participação e integração de grupos marginais: aqui a participação se relaciona a uma mera incorporação dos excluídos ao sistema, sem realizar uma reflexão crítica, o problema é o indivíduo, portanto ele tem que se integrar à sociedade. (AMMANN, 1981)

Participação e trabalho gratuito: a participação relaciona-se ao momento em que um grupo, ou comunidade reúne-se em seu dia de folga para poder dar conta de algo que competiria ao Estado fazer. Nessa categoria Ammann (1981) considera que há uma pseudoparticipação, pois não há um processo de questionamento das ações estatais: o que está sendo feito com o dinheiro público para construção de casas populares ou construção de uma praça pública, etc.

O mutirão não é mal em si, pois se trata de uma iniciativa popular, no entanto, o limite está em que esse mutirão deveria se organizar para também reclamar seus direitos perante o Estado. (AMMANN, 1981)

Participação e adesão a planos de desenvolvimento: trata-se do momento em que as lideranças locais são convocadas para contribuírem na execução de algum programa ou projeto local. Um dos limites dessa participação é a visão minimalista, pois não leva os sujeitos a olharem o todo. Por mais que o problema seja local, ele está inserido em um contexto global dentro da sociedade. Outro limite é a participação subsidiada pelo governo, ou seja, os planos e programas já vêm prontos para a população, ela só tem que executar. (AMMANN, 1981)

⁶ Segundo Ammann (1981), a Teoria da Modernização sugere um método que tem por finalidade alterar a vida da comunidade, por meio da direção planejada e desejada pela classe dominante, deixa transparecer a falsa ideia de que a mudança foi desejada e provocada pela própria comunidade.

Participação política versus participação social: participação política diz respeito ao momento em que a população toma parte nos processos de decisão da sociedade, através dos conselhos e conferências, por exemplo. Já a participação social refere-se “aos componentes distributivos dos bens da sociedade – trabalho, habitação, educação, saúde, lazer, etc. – sem levar em conta que o poder decisório representa um componente imprescindível de qualquer tipo de participação” (AMMANN, 1981, p. 154). Os limites dessas categorias de participação estão em que, na primeira, o poder decisivo das classes subalternas é quase nulo, ficando restrito nas mãos da classe dominante, ou seja, trata-se de uma participação indireta. Por sua vez, a participação social diz respeito a uma distribuição de alguns serviços sociais, contudo não se alteram as estruturas de produção, distribuição e consumo da sociedade. (AMMANN, 1981).

Participação como prática transformadora: quando as classes subalternas têm acesso aos processos decisórios macrossocietários.

Partindo de problemas cotidianos concretos do nível local, a população, por vezes, assessorada por seus “intelectuais orgânicos⁷ ” tenta descobrir as causas geradoras de tal situação, sua conjunção com as estruturas sociais e iniciam uma luta, para a modificação do equilíbrio de forças no seio da sociedade a partir do micronível (AMMANN, 1981, p. 155).

Os intelectuais orgânicos podem ser os agentes de mudança externos os quais são necessários como catalisadores iniciais do processo de empoderamento.

A luta pode ser por uma necessidade imediata, porém o processo de participação é conduzido de modo diferente, de forma que a população adquire consciência de que tem capacidade de ser protagonista ao ponto de influenciar a agenda das políticas públicas.

A luta para o alcance de tais propósitos se inicia comumente de interesses específicos, concretos e imediatos da população, tais como a reivindicação por melhores condições de trabalho, habitação, saúde, lazer, etc. O que diferencia, pois, estas práticas das anteriores é muito mais a intencionalidade, o compromisso dos técnicos nelas engajados e o método não indutor por eles utilizado (AMMANN, 1981, p. 155).

⁷ Sobre os Intelectuais Orgânicos ver “Ensaio Sobre Gramsci e o Conceito de Sociedade Civil” - Norberto Bobbio. Paz e Terra. São Paulo, 1999.

A participação que transforma tem como base um processo que é dialógico e reflexivo com as classes subalternas, onde as decisões são tomadas de baixo para cima e não o contrário. O compromisso que os agentes externos têm é com as necessidades da população e não com os interesses do Estado. (AMMANN, 1981) A participação capaz de favorecer uma transformação social é aquela em que participar relaciona-se ao processo de gestão dos interesses coletivos e não individuais e particulares, é uma participação que questiona o monopólio do Estado como gestor da coisa pública, construindo espaços públicos não estatais, onde haja a afirmação do controle social sobre as ações do Estado. (CARVALHO, 2010)

3.A PARTICIPAÇÃO COMO RESULTADO DA EDUCAÇÃO LIBERTADORA

Paulo Freire, um dos maiores educadores do século XX, foi precursor do movimento de Educação Popular da década de 1960 no Brasil, desenvolveu um método de alfabetização cuja finalidade era propiciar o desenvolvimento crítico dos educandos.

O projeto educativo de Paulo Freire é um projeto libertador. Desde seu início, os "círculos de cultura" incluíam não somente uma denúncia – a das situações de dominação que impedem ao homem ser homem –, como também uma afirmação que, no contexto, era uma descoberta: a afirmação da capacidade criadora de todo ser humano, até do mais alienado. Daí a necessidade de atuar sobre a realidade social para transformá-la, ação que é interação, comunicação, diálogo. Educador e educando, os dois seres criadores libertam-se mutuamente para chegarem a ser, ambos, criadores de novas realidades (FREIRE, 1980, p. 10).

Para Freire, o acesso ao conhecimento deveria ser pressuposto não para ajustar os educandos, mas cultura e conhecimento deveria ser o ponto de partida para que os educandos avançassem na leitura do mundo, com possibilidade de se perceber como sujeito da história. Tal ação ocorreria através do processo dialógico com os educandos, ou seja, o diálogo era ponto fundamental no pensamento de Freire. (FREIRE, 1980)

Suas ideias trouxeram uma mudança para o paradigma educacional de sua época, pois ele buscava estimular a prática educativa tendo como pressuposto a realidade em que o educando estava inserido, onde o diálogo e a história eram pontos centrais dessa prática. "Pensávamos numa alfabetização que fosse ao mesmo tempo um ato de criação, capaz de gerar outros atos criadores; uma alfabetização na qual o homem, que não é passivo nem objeto, desenvolvesse a atividade e a vivacidade da invenção

e da reinvenção". (FREIRE, 1980, p. 41)

Para tanto, na perspectiva Freireana a participação não poderia ocorrer tendo como pressuposto a educação bancária, mas sim, tendo como ponto de partida a educação libertadora.

Como educação bancária entende-se o ato de depositar um conhecimento pronto e acabado nos sujeitos, onde estes não necessitarão fazer o processo de reflexão, mas somente serão receptores de algo.

Em lugar de comunicar-se, o educador faz "comunicados" e depósitos que os educandos, meras incidências, recebem pacientemente, memorizam e repetem. Eis aí a concepção "bancária" da educação, em que a única margem de ação que se oferece aos educandos é a de receberem os depósitos, guardá-los e arquivá-los (FREIRE, 2005, p. 33).

O sujeito não é sujeito, mas objeto do educador, onde apenas recebe passivamente determinado conhecimento sem a possibilidade de questionamento e de indagação, as coisas são assim porque são! Essa é a resposta que se dá muitas vezes na educação bancária.

Para Freire e Shor (1986, p. 124) este tipo de educação não parte de uma ação dialógica tendo em vista que "em vez de se transferir o conhecimento estaticamente, como se fosse uma posse fixa [...] o diálogo requer uma aproximação dinâmica na direção do objeto". O diálogo requer uma relação mais dinâmica entre educador-educando, onde os educandos também têm condições de serem educadores a partir do momento em que, através de processos de reflexão coletiva, compartilham suas experiências. Esse processo de reflexão, se adotado a partir de uma visão transformadora e de libertação do oprimido, relaciona-se com "a práxis [...] é reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo, sem o que, é impossível a superação da contradição opressor-oprimidos". (FREIRE, 2005, p.21)

Nesta destorcida visão da educação, não há criatividade, não há transformação, não há saber. Só existe saber na invenção, na reinvenção, na busca inquieta, impaciente, permanente, que os homens fazem no mundo, com o mundo e com os outros. Busca esperançosa também. Na visão "bancária" da educação, o "saber" é uma doação dos que se julgam sábios aos que julgam nada saber (FREIRE, 2005, p. 33).

Os educandos não são considerados como construtores de um saber, mas são pessoas que possuem apenas um senso comum e uma consciência ingênua, incapazes de contribuir com o educador na proposta de construção de conhecimento.

Não se pode perceber (na "educação bancária") que somente na comunicação tem sentido a vida humana. Que o pensar do educador somente ganha autenticidade na autenticidade do pensar dos educandos, mediatizados ambos pela realidade, portanto, na intercomunicação. Por isto, o pensar daquele não pode ser um pensar para estes nem a estes imposto. Daí que não deva ser um pensar no isolamento, na torre de marfim, mas na e pela comunicação, em torno, repitamos: de uma realidade. (FREIRE, 2005, p.37)

No processo de empoderamento a presença do diálogo se faz primordial, pois o sujeito a quem se pretende "empoderar" está inserido em determinada realidade, portanto, tal processo tem que considerar essa realidade, caso contrário, será mera transmissão de um conhecimento vazio, que não faz sentido aos sujeitos, assim, necessita dessa aproximação através do diálogo para que tenha início o processo de reflexão, não pode ser mera transmissão de conhecimento dos que se julgam sábios à aqueles que não são sábios.

Tal ideia é fundamentada na opressão e atribuição da ignorância sempre ao outro, percebemos que tal concepção de educação se edifica sobre princípios frontalmente opostos à ideia de protagonismo, o que "anula o poder criador dos educandos ou o minimiza, estimulando sua ingenuidade e não sua criticidade, o que satisfaz aos interesses dos opressores", com a manutenção dos oprimidos na situação de beneficiários. (RYZEWSKI e STORTI 2010, p.05)

Desta forma, entendemos que controlar o pensar e a ação, levando os homens ao ajustamento ao mundo é inibir o poder de criar, de atuar.

Freire (2005) diz que, ao escrever seus pensamentos, seu objetivo era chamar a atenção dos humanistas, nesse caso incluem-se os educadores, profissionais e técnicos que participam do cotidiano de processo de educação formal ou ações sócioeducativas⁸, para que os mesmos ao se referirem ao desenvolvimento de tais ações com perspectiva de empoderamento não utilizem de práticas da educação bancária, pois a mesma inibe o pensar dos sujeitos e nesse processo o que se tem como resultado não é uma participação cujo alcance seja o protagonismo, mas sim uma participação onde há apenas reprodução de um conhecimento que sequer faz parte da realidade desses sujeitos.

⁸ Ações sócioeducativas dizem respeito a um conjunto de atividades, tais como: grupos sócioeducativos, campanhas sócioeducativas, grupos de convivência familiar, grupos de desenvolvimento familiar, e grupos de desenvolvimento local das comunidades cada um enfatizando uma atividade. (LIMA E CARLOTO, 2007, p. 128)

O que nos parece indiscutível é que, se pretendemos a libertação dos homens, não podemos começar por aliená-los ou mantê-los alienados. A libertação autêntica, que é a humanização em processo, não é uma coisa que se deposita nos homens. Não é uma palavra a mais, oca, mitificante. É práxis, que implica na ação e na reflexão dos homens sobre o mundo para transformá-lo (FREIRE, 2005, p. 38).

A diferença entre a educação bancária e a educação libertadora, é que esta ao invés de depositar um conhecimento fixo e estático, proporciona aos homens que estes reflitam a respeito da sua própria inserção no mundo, através da práxis este homem se comunica com o mundo onde está inserido e, ao invés de ser um receptor passivo dessa relação com o mundo, ele se torna um agente ativo, que age e transforma o mundo que o cerca.

A educação que liberta/problematizadora não pode se restringir à mera ação de depositar um conhecimento ou narrá-lo como se se tratasse de algo que é linear, estanque e acabado para indivíduos cuja atitude seja a passividade e a recepção acrítica desse conhecimento, a educação libertadora é um ato cognoscente, onde o indivíduo não é objeto, mas sujeito dotado de capacidades de obter conhecimento e transmiti-lo também.

Na educação libertadora o educador:

É o mediatizador de sujeitos cognoscentes, educador, de um lado, educandos, de outro, a educação problematizadora coloca, desde logo, a exigência da superação da contradição educador-educandos. Sem esta, não é possível a relação dialógica, indispensável à cognoscibilidade dos sujeitos cognoscentes, em torno do mesmo objeto cognoscível (FREIRE, 2005, p. 39).

Na educação bancária há a contradição educador-educandos, já a educação libertadora realiza a superação, onde não existe um saber superior ao outro, mas saberes diferentes, diferentes visões de mundo, as quais se complementam na construção do conhecimento. (FREIRE, 2005).

Os educandos, na prática problematizadora, têm a possibilidade de desenvolver seu poder de apreensão e de compreensão do mundo que lhes surge, "em suas relações com ele, não mais como uma realidade estática, mas como uma realidade em transformação, em processo". (FREIRE, 2005, p.41).

A participação, o envolvimento com o coletivo e a práxis é o que garante o protagonismo. E isto para além da própria superação, individual ou de um pequeno grupo, leva a uma percepção coletiva ainda mais ampla, local, de sociedade, de classe, de condição, de gênero, e que serve de trampolim

para a militância pela libertação, num protagonismo de todos e para todos. E esta reflexão-desafio é estratégica na educação (RYZEWSKI; STORTIK, 2010, p. 5).

Na educação libertadora, os educandos têm a possibilidade de tornarem-se protagonistas através de uma participação ativa nos processos que se desenvolvem, pois:

Para ser instrumento válido, a educação deve ajudar o homem a partir de tudo o que constitui a sua vida, a chegar a ser sujeito. É isto que expressam frases como: "a educação não é um instrumento válido se não estabelece uma relação dialética com o contexto da sociedade na qual o homem está radicado" (FREIRE, 1980, p. 34).

"O homem chega a ser sujeito por uma reflexão sobre sua situação, sobre seu ambiente concreto" (FREIRE, 1980 p. 35), nesse caso não adianta afirmar que serão desenvolvidas ações e estratégias com vistas ao protagonismo dos sujeitos se tais estratégias não contemplam momentos em que os mesmos passarão a refletir sobre o contexto em que estão inseridos, ou seja, tal processo precisa partir da realidade dos sujeitos/educandos e não o contrário, pois ao passo que este homem, inserido em seu contexto, reflete sobre o mesmo e se envolve, constrói a si mesmo e chega a ser sujeito (FREIRE, 1980).

Quanto mais refletir sobre a realidade, sobre sua situação concreta, mais emerge plenamente consciente, comprometido, pronto a intervir na realidade para mudá-la. Uma educação que procura desenvolver a tomada de consciência e a atitude crítica, graças à qual o homem escolhe e decide, liberta-o em lugar de submetê-lo, de domesticá-lo, de adaptá-lo, como faz com muita frequência a educação em vigor num grande número de países do mundo, educação que tende a ajustar o indivíduo à sociedade, em lugar de promovê-lo em sua própria linha. O que mais custa a um homem saber, de maneira clara, é sua própria vida, tal como está feita por tradição e rotina de atos inconscientes. Para vencer a tradição e a rotina, o melhor procedimento prático não se encontra nas ideias e conhecimentos exteriores e distantes, mas no questionamento da tradição por aqueles que não se conformam com ela, e no questionamento da rotina que vivem (FREIRE, 1980 p. 35).

O processo de empoderamento tem o potencial de ser desenvolvido a partir da perspectiva indicada pelo autor supracitado, ao invés de apenas buscar transferir um conhecimento às pessoas, tal ação pode contribuir para

o desenvolvimento da participação ativa, que possibilita uma reflexão coletiva e ainda pode favorecer no sentido de que os sujeitos envolvidos tomem consciência das reais possibilidades que possuem.

CONCLUSÃO

Ao nos referirmos ao desenvolvimento do processo de empoderamento cujos sujeitos são marcados pela resignação e medo se faz necessário fazermos a seguinte indagação: de que participação estamos falando, quando afirmamos que empoderamento implica participação?

Devido à generalização do conceito participação e em sendo uma expressão polissêmica e contraditória, existe aquele tipo de participação cujo objetivo não é o de empoderar as pessoas, mas sim fazer uma manutenção de uma situação através de um movimento de integração onde não há uma mudança nas relações de poder, o sujeito é apenas um espectador das decisões e não um protagonista com capacidade de transformação.

Para tanto, precisamos refletir a respeito da participação que empodera as pessoas, visto que em nossa sociedade é muito comum aparecer tanto na mídia como em alguns discursos políticos a ênfase de que cidadania e participação estão atreladas à simples presença passiva das pessoas em determinados eventos sociais. Isso na verdade é uma ideia errônea sobre o que é a participação de fato.

Falar em participação nos remete a pensar no tipo de democracia que tem sido construída em nosso país. Uma democracia onde poucos decidem, onde poucos de fato participam com direito à voz. Uma participação que é restrita aos detentores do poder e onde as classes subalternas são excluídas dos processos decisórios.

Lembramos que no desenvolvimento do processo de empoderamento, participar ativamente precisa ser uma regra e não uma exceção, para que isso ocorra é necessário que nos trabalhos com grupos, ou até mesmo em momentos individuais, os agentes externos de mudança ou os intelectuais orgânicos de Gramsci, tenham consciência da importância do seu papel, pois eles são sujeitos que têm a responsabilidade de fortalecer as classes subalternas.

Entretanto, ainda que as ações que tenham como objetivo o empoderamento dos sujeitos sejam realizadas por agentes externos "devido às dificuldades para ação espontânea dos sujeitos desmobilizados", a responsabilidade maior cabe aos sujeitos por eles atingidos, que, nesse sentido, podem participar de sua elaboração (Horochovski, 2009, p. 121).

Desta forma, entendemos que empoderar é um processo onde o resultado da ação depende da apreensão dos sujeitos que

serão receptores, mas nessa ação tais sujeitos não serão receptores passivos, porém, através da participação dialógica, eles se tornam construtores desse novo conhecimento, onde “em vez de se transferir o conhecimento estaticamente, como se fosse uma posse fixa [...] o diálogo requer uma aproximação dinâmica na direção do objeto”. (FREIRE & SHOR, 1986, p. 124).

Concordamos com Freire (2005), em tela e ressaltamos que uma política, programa ou projeto de governo que pretenda fazer com que os sujeitos a quem se dirige tal programa se tornem protagonistas, nessa relação deve levar em conta que, quando forem desenvolvidas as ações socioeducativas, educandos, profissionais e técnicos precisam ter claro em mente que o sujeito é capaz de adquirir conhecimento. As ações devem ser pautadas a partir do viés que reconhece nos sujeitos capacidades e potencialidades para que possam ser verdadeiramente protagonistas.

REFERÊNCIA

AMMANN, S.B. **Considerações Críticas sobre o Conceito de Participação**. In: Serviço Social e Sociedade, n. 5, ano. São Paulo: Cortez, 1981. p. 147-156.

BOBBIO, Norberto. **Ensaio Sobre Gramsci e o Conceito de Sociedade Civil**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CARVALHO, Maria do Carmo A. A. **“Participação social no Brasil hoje”**. Revista Polis, S. Paulo, 1998. Disponível em: www.lead.org.br/.../43/Participacao_Social_no_Brasi_Hoje.pdf. Acesso em: 12 fev. 2010.

Duriguetto, Maria Lúcia. **Sociedade Civil e Democracia: um debate necessário**. São Paulo: Cortez. 2007.

FREIRE, Paulo; SHOR, **Ira. Medo e Ousadia: O cotidiano do Professor**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1986

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 48. Reimpressão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005

FREIRE, Paulo; MACEDO, Donaldo. **Alfabetização: leitura do mundo, leitura da palavra**. 4. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

GOHN, Maria da Glória. **Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais**. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010412902004000200003. Acesso em: 20 mar. 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas. 1994.

GOULART, Flavio. **Poder deliberativo, paridade, autonomia: dilemas da participação social em saúde no Brasil**. Disponível em: www.idisa.org.br/site/./DILEMASDAPARTICIPACAOSOCIAL.pdf. Acesso em: 12 fev. 2010.

HOROCHOVSKI, Rodrigo R. **Associativismo civil, Democracia e Empoderamento na colônia de pescadores de Matinhos no Paraná**. Tese de doutorado. Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina no ano de 2007. Disponível em www.tede.ufsc.br/teses/PSOP0282.pdf. Acesso em: 20 abr. 2009.

IORIO, Cecília. Algumas considerações sobre estratégias de empoderamento e de direitos. In: **Empoderamento e direitos no combate à pobreza**. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, 2002. Disponível em: www.actionaid.org.br/Portals/0/Docs/empoderamento.pdf. Acesso em: 19 fev. 2010. p. 21-44

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamaso. **Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica**. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141449802007000300004&script=sci_arttext. Acesso em: 7 jun. 2010.

MUNHOZ. Divanir Eulália Neréssi. **Entre a Universalidade da Teoria e a Singularidade dos Fenômenos: enfrentando o desafio de conhecer a realidade**. *Emancipação*, 6, 1. 2006. p.25-40

PAULILO, Maria Angela Silveira. **Participação Comunitária: uma proposta de de avaliação**. Disponível em: http://www.ssrevista.uel.br/c_v1n2_participacao.htm. Acesso em: 2 fev. 2010.

ROMANO, Jorge O. e ANTUNES, Marta. **Empoderamento:**

Recuperando a questão do poder no combate à pobreza. In: Empoderamento e direitos no combate à pobreza. Rio de Janeiro :ActionAid Brasil, 2002. Disponível em: www.actionaid.org.br/Portals/0/Docs/empoderamento.pdf. Acesso em: 19 fev. 2010. p. 09-20

RYZEWSKI, Luiz Antônio; STORTI, Moysés Martins Tosta. **Pedagogia do oprimido e protagonismo juvenil:** contribuições para uma práxis libertadora. Disponível em: www.paulofreire.org/.../ensaio_protagonismo_sob_a_inspiracao_de_Paulo_Freire.doc -. Acesso em: 10 fev. 2010.

SOUZA, Hebert de. **Participação.** Disponível em: <http://www.tecsi.fea.usp.br/eventos/Contecsi2004/BrasilEmFoco/port/polsoc/partic/apresent/apresent.htm>. Acesso em: 2 fev. 2010.